

Para quebrar a resistência dos bancos

GAZETA MERCANTIL

16 NOV 1990

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente da República, Fernando Collor de Mello, bateu ontem o martelo na contraproposta que o governo brasileiro vai colocar na mesa dos bancos credores, na segunda-feira, prevendo o pagamento de parte do total de US\$ 8 bilhões dos juros atrasados mas fazendo uma vinculação estreita entre o tratamento a ser dado aos compromissos em atraso e a proposta que procura uma solução definitiva para a dívida externa de médio e longo prazos.

"Não temos qualquer atitude de prevenção em relação aos credores e espero que não tenham em relação a nós. Estamos, insisto, diante de negociações abertas, cujo resultado final dependerá de conversas, de entendimento. Reitero que o governo brasileiro tem o espírito aberto e construtivo", disse o presidente Collor na quarta-



Fernando Collor
de Mello

feira a uma platéia de empresários japoneses, em Tóquio, prevendo que o País chegará brevemente a um "bom termo" com os credores internacionais.

O tom do presidente da República, de flexibilização, foi transposto para o papel nos novos exercícios que vão dar os limites dos desembolsos anuais dentro do conceito da capacidade

de pagamento do País, que continua sendo o alicerce básico da proposta brasileira. Mudam, no entanto, alguns parâmetros usados para o cálculo da capacidade de pagamento. Uma fonte conceituada do governo informou ontem a este jornal que o governo levou aos bancos credores, na primeira rodada de negociações, entre 10 e 12 de outubro, suas piores projeções, baseadas nos cenários extremamente pessimistas.

A proposta antiga, que fixou em US\$ 1,16 bilhão o limite de pagamento aos bancos em 1991, não embute nenhum desembolso do Banco Mundial nem do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nos 45 anos do perfil de pagamentos, ela previa apenas um único acordo de reescalonamento da dívida externa com os credores oficiais do Clube de Paris. Também o limite mínimo das reservas internacionais, de cinco meses de importação, pode ser revisto para quatro meses, o que daria hoje algo em torno de US\$ 6 bilhões.

Há, no entanto, pressões do Tesouro norte-americano junto a organismos internacionais para que suspendam desembolsos ao Brasil até que esteja resolvida a questão dos atrasados. O secretário nacional de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, considerou aquela atitude normal e está otimista. Ele previu à editora Claudia Safatle que até março o País terá chegado a um acordo com os bancos.

Também há reações internas. A decisão do governo de pagar parte dos atrasados não agradou aos senadores, membros da Comissão de Economia. Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) disse em São Paulo que o governo deve "manter a proposta inicial, deixando de pagar os juros até um acordo geral da dívida", segundo a Agência Globo. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) opinou para o repórter Marcos Magalhães que a proibição para que o País pague os atrasados antes da negociação da dívida deve ser mantida na votação do projeto de resolução que traça parâmetros para a renegociação. "O dilema do governo

Para quebrar a resistência...

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
é que eles podem até ganhar (no plenário), mas vão perder a unanimidade de apoio do que conseguiram até aqui do Senado Federal", disse ele.

Uma verdadeira ofensiva foi armada pelo governo na busca de apoio à contraproposta junto aos representantes dos governos credores. Os novos termos serão apresentados hoje pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, ao presidente do Federal Reserve Bank, de Nova York, Gerald Corrigan, e ao secretário para assuntos internacionais do Tesouro norte-americano, David Mulford. Eris viajou para os Estados Unidos ontem mesmo, à noite, e vai percorrer mais quatro países europeus.

O embaixador Jório Dauster parte no domingo à noite e já na segunda-feira inicia em Nova York a nova rodada de conversações com o comitê assessor de bancos credores. O secretário Nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, participa na quarta-feira de um seminário da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países ricos, em Paris. No mesmo dia, o presidente do BC estará se encontrando também em Paris com o presidente do Banco de França, Jacques de Larosière, e com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet.

Na terça-feira, o presidente do BC tem encontro com o presidente do Banco da Inglaterra, R. Leigh Remberton. Também estão programados encontros de Eris com os presidentes dos bancos centrais da Alemanha, na quinta-feira, e da Itália, na sexta-feira. "Minha missão não é negociar, mas apresentar a posição brasileira aos representantes dos governos credores", disse ele antes de partir. Já Kandir deve sair de Paris direto para Tóquio, onde terá a responsabilidade de apresentar a proposta brasileira ao governo japonês.

SEM RECUCO

O embaixador Dauster rechaça qualquer insinuação no sentido de que a contraproposta represente um recuo por parte do Brasil. "É preciso entender que estamos em processo de negociação", disse ele, procurando firmar a seguinte imagem: "Na primeira rodada nós fincamos a baliza de um lado do campo, na segunda rodada os bancos credores fincaram a baliza do outro lado do campo, e agora procuramos caminhar um pouco para o meio de campo e aguardamos que eles também caminhem em nosso sentido".

O ponto crucial a vencer nesta próxima etapa é justamente a pré-condicionalidade colocada pelos credores na última rodada, no sentido de separar totalmente a discussão em torno dos atrasados da discussão do projeto de solução para a dívida externa de médio e longo prazo. O go-

verno brasileiro tem consciência de que aquele é agora o principal aspecto a ser contornado, mas avalia que a própria contraproposta dos bancos, admitindo o primeiro receber uma parcela dos atrasados vencidos e capitalizar uma parte dos juros vencidos, é favorável e criou um espaço para o andamento das negociações.

O presidente Collor definiu os termos da contraproposta brasileira em reunião de mais de duas horas no Palácio do Planalto, para onde se dirigiu, recém-chegado da viagem de cinco dias que fez ao Japão. Além da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, estiveram na reunião do palácio o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, o secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, e o presidente da Petrobrás, Eduardo Teixeira.

"WAIVER"

A parcela dos juros em atraso que não for objeto de pagamento será transformada em títulos, mas ao contrário das condições sugeridas pelos bancos credores — prazo de cinco anos de vencimento, sem carência, com juro da Libor (interbancário de Londres) e comissão de 0,8125% — o Brasil vai levar uma proposta no sentido de que o prazo de vencimento daqueles papéis seja ampliado e os juros ajustados às cifras da capacidade de pagamento do País.

Mesmo chegando a um entendimento em princípio com o comitê de bancos, se-

rá necessário obter o "waiver" — dispensa — de pelo menos 95% do universo de credores que firmaram o acordo de 1988 e cujos contratos ainda estão vigentes.

O atraso nos pagamentos representou, na prática, rompimento dos termos do acordo de 1988 e um novo arranjo para o pagamento daqueles atrasados requer a concordância da grande maioria dos bancos.

O Brasil vai reafirmar sua posição no sentido de que os três instrumentos colocados à disposição dos bancos, para efeito de adesão ao projeto de solução para a dívida de médio e longo prazo, podem ser alterados. Assim, é possível que surjam alternativas ao "zero cupom bond", ao "reduction interest bond" e ao "exit bond", oferecidos aos bancos credores na primeira rodada de negociações. Também o prazo final do perfil de pagamentos, montado no exercício anterior para os próximos 45 anos, pode ser revisto para menos.

O cerne da nova contraproposta, no entanto, é o vínculo que ela estabelece aos desembolsos dos organismos multilaterais e das agências de financiamento dos governos credores. Havendo desembolso por parte daqueles agentes soborrá mais dinheiro para a programação de pagamentos anuais aos bancos credores. Desse modo, a solução ficaria amarrada de modo que também os bancos se interessem em exercer pressão sobre os organismos multilaterais e sobre os governos dos países credores.